

ANEXO IV**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº
...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A
EMPRESA**

O MUNICÍPIO DE NOVA, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 22.071/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **072/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo é a Contratação de empresa especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de *website* e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE	PREÇO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						

3					
TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta dos elementos de despesa e fontes de recurso abaixo, da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade:

Elemento de Despesa:	33.90.40-01
Fonte de Recurso:	01
Programa de Trabalho:	17.001.04.122.00012.0.02

4.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.4. Salientamos que o pagamento relativo aos **Item 01 - Criação e desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento de conteúdo** e **Item 03 - Criação e desenvolvimento de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, do Termo de Referência correlato**, só ocorrerá após a aprovação, por parte da Secretaria de Turismo e que as parcelas referentes à manutenção da ferramenta de gerenciamento e do aplicativo só começarão a ser efetuadas após a implementação dos mesmos.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, devidamente comprovadas.

6.2. Enquanto não reajustado o contrato presume-se o seu equilíbrio.

6.3. No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, no reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do índice Preços ao Consumidor – IPC – FIPE ou outro que vier a substituí-lo.

6.4. Aplicação do índice de reajuste se fará a requerimento da contratada.

6.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

6.6. Nas aferições finais, o índice utilizado será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituto, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento de contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – ESPECIFICAÇÕES W CARACTERÍSTICAS DO OBRJETO

8.1. O serviço solicitado deverá ser composto de criação, manutenção e hospedagem de website de promoção do destino turístico Nova Friburgo e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com conteúdo dinâmico e administrável, visando demonstrar aos usuários informações sobre turismo e eventos na cidade, bem como sobre as áreas de atuação da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade, além de criar um canal mais próximo para levar informações aos cidadãos e visitantes do município, compreendendo o seguinte:

Item	Descrição	Und.	Total
01	Criação e desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento de conteúdo	Und.	01
02	Locação de hospedagem e serviço de manutenção	Mês	12
03	Criação e desenvolvimento de aplicativo utilitário para dispositivos móveis	Und	01
04	Manutenção do aplicativo utilitário para dispositivos móveis	Mês	12

- Os itens acima relacionados deverão compreender as seguintes definições:

8.2. Item 01 - Criação e desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento de conteúdo

- Criação e desenvolvimento de uma ferramenta de implementação e gerenciamento de website promocional.
- Personalização do portal com os símbolos, fotos e cores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou temas sugeridos pela Secretaria de Turismo.
- A Contratada deverá estar ciente de que a ferramenta de implementação e gerenciamento de website promocional desenvolvida, bem como todo seu conteúdo, pertencerá ao município, devendo a Contratada disponibilizar os meios necessários para administração do portal pela municipalidade, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

8.3. 1. Item 02 - Locação de hospedagem e serviço de manutenção do website

- A locação de hospedagem consiste em aluguel de um espaço digital para armazenamento de arquivos mantendo-os 24h on-line e acessível.
- Esta locação será de responsabilidade da contratada, durante a vigência do contrato, e deverá prover todas as condições necessárias para o perfeito funcionamento do mesmo. Isto inclui medidas de segurança, como firewall e backups dos dados. Além disso, o espaço para armazenamento dos dados deverá ser em SSD de no mínimo 80GB, com possibilidade de upgrade, se necessário. O backup das informações deve ser realizado diariamente permitindo que haja restauração das informações em até três dias. A contratada deverá oferecer contas de acesso para que a Secretaria de Turismo possa acessar os arquivos do site. Caso a Secretaria de Turismo, em algum momento, necessite fazer a hospedagem em outro local, a contratada deverá cooperar e auxiliar, prestando total suporte em tal procedimento.

- O Serviço de Manutenção consiste em eventuais modificações no template e na alimentação contínua de conteúdo no Portal, bem como efetuar alterações técnicas de programação no site, conforme solicitação da Secretaria de Turismo.
- Contempla treinamento, objetivando a capacitação de pelo menos 02 (dois) servidores para operar o sistema e potencializar a utilização dos recursos e assessoria na implantação quando da inserção das informações solicitadas pela Secretaria de Turismo e a realização dos primeiros procedimentos de implantação do website, bem como publicar conteúdo no site, fornecendo-lhes todos os meios necessários para acesso aos arquivos e sistemas.
- Prevê serviços de consultoria via telefone, e-mail e help desk online, no horário de funcionamento da Secretaria de Turismo, em dias úteis, para a solução de problemas técnicos e solução de dúvidas de caráter operacional dos usuários do sistema.
- Visando à proteção de dados, a contratada deverá impreterivelmente seguir as normas determinadas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Novas funcionalidades e atualizações poderão ser disponibilizadas gratuitamente pela contratada a seu critério visando atender melhorias e serviços, mediante consentimento da Secretaria de Turismo.

8.4. Item 03 - Criação e desenvolvimento de aplicativo utilitário para dispositivos móveis

- Criação e desenvolvimento de uma ferramenta de aplicativo (App) utilitário para dispositivos móveis, compatível com os Sistemas Operacionais IOS e Android, colocando-o disponível gratuitamente para download em todas as lojas de aplicativos dos Sistemas Operacionais supracitados.
- Forma de desenvolvimento deverá utilizar uma linguagem ou framework de programação que gere código nativo no SDK de cada plataforma, o ADT (Android Developer Tools) para Android e XCode para iOS;
-
- Personalização do aplicativo com os símbolos, fotos e cores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou temas sugeridos pela Secretaria de Turismo.

8.5. Item 04 - Locação de hospedagem e serviço de manutenção do Aplicativo (App)

- A locação de espaço digital em nuvem para hospedagem e armazenamento de arquivos de aplicativo móvel, mantendo-os 24h on-line e acessível.
- Esta locação será de responsabilidade da contratada, que deverá obter autorização do órgão público para criação de conta nas lojas de aplicativo (no mínimo Apple Store e Play Store) em nome do Município de Nova Friburgo, e deverá prover todas as condições e medidas de segurança necessárias para o perfeito funcionamento do mesmo.
- Além disso, não deve haver restrições de espaço para armazenamento dos dados e muito menos de acessos simultâneos que venham a prejudicar o bom funcionamento do aplicativo.
- O backup das informações deve ser realizado diariamente permitindo que haja restauração das informações para até três dias.
- A contratada deverá oferecer contas com login e senha de acesso para que a Secretaria de Turismo possa acessar os arquivos do site. Caso a Secretaria de Turismo, em algum momento, necessite fazer a hospedagem em outro local, a contratada deverá cooperar e auxiliar, prestando total suporte em tal procedimento.

- O Serviço de Manutenção consiste em eventuais modificações no template e na alimentação contínua de conteúdo no aplicativo, bem como efetuar alterações técnicas de programação do mesmo para atender novos projetos, conforme solicitação da Secretaria de Turismo.
- Contempla treinamento, objetivando a capacitação dos usuários para operar o sistema e potencializar a utilização dos recursos e assessoria na implantação quando da inserção das informações solicitadas pela Secretaria de Turismo e a realização dos primeiros procedimentos de implantação do aplicativo. Deverá também, capacitar os servidores indicados pela Secretaria a publicar conteúdo do aplicativo, fornecendo-lhes todos os meios necessários para acesso aos arquivos e sistemas.
- Prevê serviços de consultoria via telefone, e-mail e help desk online, no horário de funcionamento da Secretaria de Turismo, em dias úteis, para a solução de problemas técnicos e solução de dúvidas de caráter operacional dos usuários do sistema.
- Visando à proteção de dados, a contratada deverá impreterivelmente seguir as normas determinadas na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Novas funcionalidades e atualizações poderão ser disponibilizadas gratuitamente pela contratada a seu critério visando atender melhorias e serviços, mediante consentimento da Secretaria de Turismo.

8.6. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO WEBSITE

O website deverá ser fornecido de acordo com as características e tecnologias mínimas abaixo relacionadas:

8.6.1. O portal deverá ser desenvolvido em Wordpress, uma vez que é uma plataforma gratuita, open source, amplamente utilizada no mercado e de fácil manutenção;

8.6.2. O Portal deverá ser responsivo, ou seja, o tamanho das suas páginas (alteração do layout) deverá adaptar-se ao tamanho das telas que estão sendo exibidas, como as telas de celulares, tablets, etc;

8.6.3. Gestão Search Engine Optimization (SEO). O portal deverá conter funcionalidades para que os sites de busca encontrem-no com facilidade de acordo com as palavras pesquisadas pelo internauta (atenção especial para o Google);

8.6.4. URL's amigáveis: será possível alterar a terminação da página em qualquer conteúdo do site;

8.6.5. Ser customizável para alterações e criação de novos Menus e Submenus, Banners, páginas para ocasiões especiais, fotos, links, vídeos, dentre outros, integrando um gerenciador de conteúdos como textos, imagens, fotos e vídeos, dispensando a assistência de terceiros ou empresas especializadas, não tendo custo para manutenções de rotina;

8.6.6. Ter um alto padrão de qualidade como sendo fácil e intuitivo para os usuários e ao mesmo tempo, agradável e visualmente atraente;

8.6.7. Ser um site planejado e estruturado, pensando sempre na usabilidade, navegabilidade e acessibilidade dos usuários através dos padrões WebStandards/W3C;

8.6.8. Facilitar a gestão do conteúdo divulgado pela Secretaria de Turismo;

8.6.9. Ser de acesso fácil, simples e rápido;

8.6.10. Ser integrado com as principais redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, sendo feito no período inicial de treinamento e implantação;

8.6.11. Suportar conteúdo multimídia (texto, imagem, som e vídeo) oferecendo galerias de vídeos e de fotos onde for necessário e extensões específicas JPG, PNG, PDF, MP3. MP4, bem como embed-code do Youtube;

8.6.12. Menu superior do site fixo com as ferramentas, menus e links mais relevantes para o usuário;

8.6.13. Link de acesso ao site da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo;

8.6.14. Apresentar página principal de forma objetiva curta e direta, fornecendo ligações (links) com o detalhamento dos conteúdos

8.6.15. Possibilitar que, em qualquer ponto do website, seja possível retornar à página principal e para o topo da página em apenas um click.

8.7. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO WEBSITE:

O *website* deverá atender as características a seguir descritas:

- **Na página principal**
- Menus
- TOP Menu: Localizado na parte superior do site, de forma fixa, deverá inicialmente conter data atual, caixa de pesquisa, botão para página inicial, links para mapa do site, fale conosco, logo da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, clima atual da cidade, telefone e horário de atendimento.
- Main Menu: Principal menu do site, a disposição de conteúdo deverá inicialmente conter no seu primeiro nível os seguintes perfis: PUBLICAÇÕES, LEGISLAÇÃO, SENHA DE ACESSO TURÍSTICO, CALENDÁRIO DE EVENTOS, MATERIAL PROMOCIONAL, GALERIA, QUEM SOMOS. Este deverá ser editável para futuras modificações e/ou inclusões de perfis;
- Banners Principais Rotativos: Conter um painel eletrônico de controle dinâmico estrategicamente dimensionado e posicionado, tornando-o visualmente atrativo. Poderá ser desenvolvido em qualquer linguagem, com exceção da plataforma Flash. Este painel deve exibir banners (imagens e textos) de informações destaques. Estas imagens serão exibidas de forma alternativa entre si, alternando a exibição automaticamente em alguns segundos, ou através da seleção do internauta. Ainda, ao clicar em cima da imagem, o portal deve ser capaz de abrir um link com informações a respeito do banner clicado. Toda a gestão (inserção, remoção, atualização) dos banners destaques e links de destino, deverá ser possível de ser facilmente administrada pelos usuários responsáveis por estas informações. O design dos banners deverá ser oferecido pelo prestador de serviço.
- Banners Secundários Fixos na parte Superior: Imagem com link com gerenciador interno.
- Notícias: Devem ser apresentadas as notícias mais recentes da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade exibindo sua categoria de notícia (podendo ser mais de uma) em 3 diferentes níveis de destaque. 1 – Destaque Principal (Foto e títulos maiores). 2 – Sub-destaque (Fotos e títulos menores que o destaque principal). 3 – Normal. Isso poderá ser através de um feed de blog – tecnologia wordpress.
- Ao clicar na notícia, o portal deverá exibir seu conteúdo, acompanhado de uma galeria de mídias (fotos e vídeos) relacionados ao assunto – se houver. Toda a gestão do conteúdo e das notícias (inserção, remoção, atualização, categorias), bem como das mídias e ela relacionadas deverá ser possível de fazer através do gerenciador de conteúdo. É importante salientar que o mesmo deverá dispor de um editor para a criação das notícias, permitindo, de forma simples e fácil, a inserção de imagens em qualquer parte do texto com todas as operações básicas de um editor, dentre elas alinhamento de texto, alteração de tipo, tamanho e cor da fonte, operações de negrito, itálico, sublinhado, entre outras. O editor deverá suportar a edição através de seleção, em HTML também.

- Banners: Deve permitir a disposição de um conjunto de banners informativos. Toda a disposição e gerenciamento destes banners deve ser possível de realizar facilmente pelo gerenciador e conteúdo.
- Enquetes: Deve trabalhar com enquetes apresentando-as com opções para votar e acompanhar os resultados, bem como compartilhamento nas redes sociais. O gerenciador deve permitir a inserção, remoção e o completo gerenciamento e análise das enquetes. As enquetes poderão ser feitas através do Facebook ou Instagram.
- Pesquisa: Uma plataforma de pesquisa bem elaborada que consiga procurar dentro de todo o site, exibindo os resultados em raízes, desde palavras chaves, títulos e palavras dentro do texto. A pesquisa deve ser dividida em simples e avançada, com ferramenta de filtro de datas e categorias do conteúdo e notícias.
- Vídeos: Espaço para adicionar vídeos pequenos, tanto código embed do youtube quanto enviado diretamente do navegador (mp4, wmv, mpg).
- Link do site da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo: Criar um link que remeta ao site da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (<https://www.pmnf.rj.gov.br/>).
- Link do site do Cadastur: Criar um link que remeta ao site do Cadastur (<https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/capa/entrar#capalnicio>).
- Link do site do Nova Friburgo Convention & Visitors Bureau: Criar um link que remeta ao site do Nova Friburgo Convention & Visitors Bureau (<http://novafriburgocvb.com.br/>).
- No menu PUBLICAÇÕES: Deve apresentar as publicações referentes a Secretaria de Turismo.
- No menu LEGISLAÇÃO: Deve conter Leis, Decretos, Normas, Resoluções, Portarias, e outros, relativos ao turismo.
- No menu SENHA DE ACESSO: Deve conter informações a respeito da emissão de senha de acesso de transporte turístico à cidade.
- No menu CALENDÁRIO DE EVENTOS: Deve conter informações do calendário de eventos da cidade.
- No menu MATERIAL PROMOCIONAL: Deve conter acervo do material promocional promocional do destino Nova Friburgo
- No menu GALERIA: Deve conter acervo fotográfico da cidade com informações referentes ao mesmo.
- No menu FALE CONOSCO: Deve conter um espaço para manifestações. No menu CONTATO: Deve conter informações como: endereço, telefone, e-mail, facebook e um mapa com a localização.

8.8. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO GERENCIADOR DE CONTEÚDO

- O gerenciador de conteúdo do website deve ser capaz de tornar todo o processo de criação e edição totalmente gerenciável pelos usuários da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, responsáveis pela gestão dos conteúdos.
- Dentre os requisitos gerais, deve permitir o gerenciamento completo dos menus do site permitindo a inclusão e exclusão de menus e submenus, além de alteração de nomes/títulos, links, ordem de visualização, conteúdo e qualquer informação a eles relacionados.
- Deve conter um editor HTML, através da própria ferramenta que possibilite a criação e edição do conteúdo do próprio website (conteúdo dos menus, notícias e todos os demais). Este editor deve ser totalmente gráfico, ou seja, deve permitir que o usuário crie e formate seu texto como se estivesse em um editor de textos similares ao Microsoft Word ou BrOffice Writer utilizando-se de botões e menus, sem a necessidade de digitar tags html e afins para a formatação do conteúdo.

- O editor deve conter, no mínimo, opções como alinhamento de texto, alteração de tipo, tamanho e cor da fonte, operações de negrito, itálico, sublinhado, inserção de imagens e conteúdo HTML, alinhamento (à esquerda, à direita, centralizado ou justificado) e redimensionamento de imagens, criação de links, upload de arquivos a serem referenciados pelos conteúdos, itemização, entre outros. Tudo permitindo a visualização do resultado (preview) durante o processo de edição. Tendo como opção sempre Salvar, Publicar, Salvar & Publicar.
- Ao salvar o conteúdo deve-se salvar internamente o conteúdo, e somente clicando em Publicar torna o conteúdo imediatamente acessível para o front-end do website (segundo permissão de nível de usuário).

8.9. COMPROMETIMENTO COM OS DADOS DO WEBSITE

- Todas as informações, arquivos e mídias que compõem o website (arquivos de texto, imagens, vídeos, códigos de programação, entre outros), deverão estar à disposição da Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade e serem enviados a qualquer tempo, mediante pedido, inclusive após o encerramento do contrato. Neste caso, não havendo renovação, a contratada deverá mesmo assim manter os dados à disposição por mais três meses após o término da vigência contratual, devendo automaticamente se desfazer deles após este período.
- A Contratada se compromete a prestar total esclarecimento no tocante a localização das informações nos arquivos de seu website.

8.10. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO APLICATIVO

8.10.1. A ferramenta de aplicativo (App) utilitário para dispositivos móveis deverá ser compatível com os Sistemas Operacionais IOS e Android, colocando-o disponível gratuitamente para download em todas as lojas de aplicativos dos Sistemas Operacionais supracitados;

8.10.2. O aplicativo deverá ser alimentado com as informações do API - Interface de Programação de Aplicações - GOOGLE MAPS, para possível busca de rotas e trajetos dentro pontos distintos no território de Nova Friburgo.

8.10.3. O aplicativo deverá ser responsivo, ou seja, o tamanho das suas páginas (alteração do layout) deverá adaptar-se ao tamanho das telas que estão sendo exibidas, como as telas de celulares, tablets, etc;

8.10.4. A forma de desenvolvimento deverá utilizar a linguagem de programação nativa no SDK de cada plataforma, o ADT (Android Developer Tools) para Android e XCode para iOS;

8.10.5. Deverá ser personalizado com os símbolos, fotos e cores da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou temas sugeridos pela Secretaria de Turismo;

8.10.6. As informações e dados deverão ser armazenados em um back-end hospedado em um servidor;

8.10.7. Suporte para três idiomas: Português, Inglês e Espanhol;

8.10.8. Todos os gastos previstos para a criação do aplicativo, bem como de manutenção, devem estar previstos no orçamento licitado, sem adicionais após contratação;

8.10.9. Qualquer alteração no aplicativo deverá ser consultada à Secretaria de Turismo, sujeito à nova aprovação;

8.10.10. Caso a apresentação do produto final não seja aprovada pelo Município, a empresa vencedora deverá promover novas apresentações, sem ônus adicional, seguindo as orientações da Secretaria de Turismo, até que o projeto seja aprovado;

8.10.11. O Município ficará com o direito de divulgar, em qualquer meio e por período indeterminado, a criação e o uso do aplicativo.

8.11. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DO APLICATIVO

O aplicativo deverá atender minimamente as características a seguir descritas:

Na página principal:

8.11.1. Possuir papel de parede com uma imagem designada pela Secretaria de Turismo.

8.11.2. Menu de navegação:

8.11.2.1. 8.2.1A cidade;

8.11.2.2. 8.2.1.1. História;

8.11.2.3. 8.2.1.2. Galeria de fotos;

8.11.2.4. 8.2.1.3. Informações úteis.

8.11.3. Atrativos;

8.11.4. Mapa;

8.11.5. Como chegar; (nesta aba, o usuário terá acesso a uma caixa de pesquisa, em que ele poderá inserir o um local de destino. O serviço de GPS do celular alimentará a caixinha LOCAL DE PARTIDA, com o local onde o usuário se encontra no momento da pesquisa, podendo também ser editável, para que o usuário possa montar uma previsão de distância entre pontos na cidade. Esse menu será alimentado com as informações do API - interface de programação de aplicações - GOOGLE MAPS.

8.11.6. Gastronomia;

8.11.7. Hospedagem;

8.11.8. Calendário de Eventos;

8.11.9. Receptivo;

8.11.9.1. Agências

8.11.9.2. Guias de turismo receptivo

8.11.10. Busca (espaço para que o usuário digite algo que deseja e o aplicativo retorna com os estabelecimentos relacionados);

8.11.11. O menu deverá ser totalmente editável, podendo suprimir ou incluir outros tópicos e/ou subtópicos;

8.11.12. Dentro de cada item do menu deverá ser possível incluir informações específicas acerca de cada estabelecimento e/ou atrativo, contendo imagens, textos e links para os perfis das redes sociais dos mesmos.

8.12. FASES DA CRIAÇÃO: PROJETO CONCEITUAL E DESENHO DO WEBSITE E DO APLICATIVO

- Para desenvolvimento do portal e do aplicativo serão observadas algumas fases do processo de criação. Cada fase deverá ser concluída em um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato.
- As fases são:

a) Projeto Conceitual

b) Layout ou Template do Website e do Aplicativo

- A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade deverá tomar ciência do andamento e da conclusão destas fases e emitir parecer favorável para a criação efetiva do site e do aplicativo.
 - Considerando que a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade poderá solicitar ajustes ou até mesmo não aprovar as fases citadas se entender que o resultado destas etapas está em desacordo com as características do objeto, é importante que seja mantido contato constante e apresentação de versões intermediárias antes do parecer supracitado para que a contratada tenha tempo hábil para realinhar seu trabalho e proceder em eventuais correções antes da criação do site propriamente dito e do aplicativo.
- a) Projeto Conceitual: Espera-se que seja apresentada uma sugestão para o portal e outra para o aplicativo, incluindo direitos e deveres dos usuários internos (conteudistas, editores, etc)

assim como a conveniência ou não de prever áreas de acesso restrito a determinadas páginas do portal e do aplicativo definindo ainda critérios e regulamentos para acesso e postagem de novas informações.

- Deve-se ter em mente que os procedimentos de atualização e inserção de informações no website e no Aplicativo devem ser realizados por uma ferramenta de gerenciamento de conteúdo do próprio, dando total autonomia aos usuários responsáveis. O desenvolvimento dos projetos deverá ser totalmente responsivo.
- b) Desenho do website: trata-se da concepção da aparência (cores, menus e telas, dimensões, templates, gráficos, etc). Toda a estrutura definida na fase A deverá ser suportada pelo portal e pelo aplicativo respectivamente, devendo ser apresentados exemplos das páginas de cada um dos grandes módulos de informação definidos, incluindo funcionalidades que serão disponibilizadas.
- Para o website, especificamente, além da página principal e das páginas de segundo nível, deverão ser apresentadas também telas com exemplos de preenchimento de formulários, etc.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e do Decreto nº 2,271, de 1997.

9.2 Caso as decisões e providências ultrapassem a competência do(s) representante(s), deverá solicitar a seus superiores, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

9.3 Ficam eleitos os servidores Flávio Júnior Blaudt Cler , mat. 062.159 na função de Gestor e André Luis Ricarte Ramalho , mat. 199.196, na função de Gestor Substituto, Ozório Junior Tardin da Silva, mat. 100.022 na função de Fiscal e Michelle Mendes Cordeiro Salarini, mat. 062.155 na função de Fiscal Substituto, sendo os representantes da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

9.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.5 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.tercei

9.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com

o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.7 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.9 O representante da Contratante deverá proceder de forma a atender as regras e diretrizes do procedimento de contratação, acompanhamento e fiscalização de serviços conforme Decreto Municipal nº 238, de 13 de setembro de 2018.

9.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.1.2. Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.1.3. Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.1.4. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.6. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.7. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.8. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

10.1.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.11. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

11.1.1. Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

11.1.2. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Turismo, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.3. A contratada indicará no ato da assinatura do contrato o(s) responsável (is) técnico(s) que realizarão os serviços. O(s) profissional(is) deverá(ão) possuir Graduação em Ciências da Computação ou qualquer curso de graduação com relação à tecnologia da informação, Administração, Engenharia ou Design, e ser(em) devidamente registrado(s) nos respectivos órgãos de classe.

11.1.4. Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

11.1.5. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificada neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.1.6. A Contratada deverá estar ciente de que *website* promocional e o aplicativo desenvolvidos, bem como todo seu conteúdo, pertencerão ao Município, devendo a Contratada disponibilizar os meios necessários para administração dos mesmos pela municipalidade, mesmo após o término ou rescisão do contrato.

11.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados – Art 69 da Lei Nº 8.666/93;

11.1.8. Todas as despesas de locomoção, incluindo diárias, passagens, estada e alimentação, para a reunião na sede da CONTRATANTE serão custeadas pela CONTRATADA.

11.1.9. Garantir o funcionamento dos portais e sítios desenvolvidos e do aplicativo, de forma a contemplar a prestação de serviços conforme o objeto deste projeto básico.

11.1.10. Os serviços referentes à garantia de funcionamento dos portais e sítios serão prestados pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato de garantia.

11.1.11. Se ocorrerem problemas advindos de soluções propostas pela CONTRATADA, as correções serão executadas sem custo financeiro adicional para a municipalidade.

11.1.12. A prestação dos serviços referentes à garantia de funcionamento deverá ser iniciada no prazo máximo de 1 (uma) hora, contado a partir da solicitação, e não poderá se estender além de 12 (doze) horas, exceto em casos de impossibilidade de cumprimento de prazo devidamente justificada pela CONTRATADA.

11.1.13. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

11.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.16. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá;

11.1.17. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

11.1.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

11.1.19. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

11.1.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

11.1.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.1.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.27. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo, nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.1.28. Quando o projeto se referir a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

11.1.29. A CONTRATADA deverá cooperar em caso de necessidade de migração entre plataformas, inclusive quando da não renovação do contrato. A contratada deverá mesmo assim manter os dados à disposição por mais três meses após o término da vigência contratual, devendo automaticamente se desfazer deles após este período.

11.1.30. Assegurar à Contratante, nos termos do artigo 19, inciso XVI, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008:

a) O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

b) Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.1.31. Sem prejuízo das disposições legais, compete à CONTRATADA o cumprimento das responsabilidades previstas no edital e neste projeto básico, além de ficar obrigada a:

a) não transferir a terceiros o contrato, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente;

b) assumir todos os gastos e despesas que fizer para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato;

c) manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d) guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;

e) assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por quaisquer danos e prejuízos, materiais e/ou pessoais, causados por seus empregadores à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade ou a terceiros;

f) responsabilizar-se por eventuais ônus decorrentes do inadimplemento de quaisquer obrigações com terceiros;

g) assumir a responsabilidade de não comercializar, ceder e doar os programas-fonte e produtos gerados para os portais e sítios da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade;

h) garantir que seus profissionais cumpram todas as normas aplicáveis à execução do contrato. Os profissionais necessários para a prestação dos serviços deverão estar sob responsabilidade da CONTRATADA e em conformidade com a legislação trabalhista vigente. Também constituem responsabilidade da CONTRATADA os pagamentos dos encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

12.2 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

12.3 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.3.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3.2 multa moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

12.3.2.1. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do empenho, no caso de inexecução total dos serviços;

12.3.2.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.2.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa da Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

12.3.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4 As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

12.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

12.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

12.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

12.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

14.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

14.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;

14.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana.

14.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 A Administração Pública se reserva ao direito de, em razão da pandemia de Covid-19, suspender a execução da prestação do serviço sem acarretar a suspensão da vigência do contrato, uma vez que a interrupção da demanda por transporte escolar é imputável ao risco do negócio, sendo fato previsível, não servindo de base para o reequilíbrio econômico-financeiro.

16.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS.

17.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

19.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

20.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais condições do serviço; não haja

prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do serviço.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1 É eleito o Foro da Comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-